Relatório de gestão - 1º trimestre

Abril - Julho de 2022

ADEP DF
ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS

Material desenvolvido em parceria com a Assessoria Malta Advogados

Fala do Presidente

Neste ciclo que se inicia, a ADEP-DF inaugura uma nova jornada, em que busca tanto fortalecer as sólidas bases de proteção à carreira das Defensoras e Defensores Públicos do Distrito Federal, como também ampliá-las na perspectiva de zelo e cuidado com o dever institucional de prestação de assistência jurídica à população hipossuficiente. A tudo isso se soma a possibilidade de fazermo-nos instrumento do avanço civilizatório.

Para isso, apegamo-nos ao papel constitucional atribuído à carreira de Defensor Público, nobremente confiado à instituição, de ser expressão e instrumento do regime democrático, além da materialização do acesso à justiça dos assistidos, da promoção dos direitos humanos e da defesa dos direitos e garantias fundamentais.

Assim, a Associação não medirá esforços para destacar a importância da valorização de toda a categoria, colocando na centralidade das discussões públicas a luta pelo fortalecimento da carreira das Defensoras e Defensores Públicos do DF.

O avanço é possível e necessário. Manteremos, portanto, a vigília constante pelo cumprimento das missões institucionais da ADEP-DF, em nome do interesse último da Defensoria Pública e da proteção da população vulnerável do Distrito Federal.

Rodrigo Duzsinski

Presidente da ADEP-DF 2022-2024

Principais atuações da ADEP/DF no período de abril a julho de 2022

Posse da nova Diretoria da ADEP-DF

A solenidade de posse da nova Diretoria da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Distrito Federal (ADEP-DF) ocorreu na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). O novo presidente, Rodrigo Duzsinski, estará à frente da Associação durante o biênio 2022-2024.

A posse contou com a presença da então Defensora Pública-Geral do DF, Mária de Nápoles. e do atual Defensor Público-Geral, Celestino Chupel, além de inúmeras defensoras e defensores públicos e representantes de entidades de classe.

Posse do novo Defensor Público- Geral

A ADEP-DF prestigiou a posse no Palácio do Buriti do novo Defensor Público-Geral Celestino Chupel, que assumiu o cargo para o biênio 2022/2024 no lugar de Maria José de Nápolis

Celestino Chupel afirmou em seu discurso de posse que: *"A defensoria nos faz lembrar quem somos, o nosso compromisso com a sociedade. É nossa causa, nossa tarefa, nossa missão. Vamos buscar um atendimento de melhor qualidade e aumentar o trabalho voltado para pessoas em situação de rua".*

ADEP DF
ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS

Sessão Solene em homenagem ao Dia da Defensoria Pública do DF

A ADEP/DF, representada pelo Presidente Rodrigo Duzsinski, integrou a Sessão Solene da Câmara Legislativa do Distrito Federal destinada a homenagear o Dia da Defensoria Pública do DF.

Em sua fala, o Presidente deu voz à Associação, destacando a importância da Defensoria Pública como porta de acesso ao sistema de justiça, além de levar à arena política dados importantes sobre os serviços prestados pela instituição no Distrito Federal:

"*A expressão Defensoria Pública impõe respeito. A instituição mais reconhecida pela população em nossos dias. Pesquisas indicam a Defensoria Pública como a instituição de maior credibilidade desse país. Aproximadamente 77% dos moradores aqui do Distrito Federal, cerca de 2 milhões e trezentas mil pessoas, são potenciais usuários dos nossos serviços. A Defensoria Pública do Distrito Federal é um dos poucos órgãos públicos a estar presente em quase todas as regiões administrativas do Distrito Federal. Mesmo assim, com a insuficiência orçamentária histórica, com notável esforço de sua equipe de trabalho, a Defensoria se faz presente hoje em mais de 94% das unidades constitucionais do Distrito Federal.*"

ADEP DF
ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS

Licença-prêmio

A ADEP-DF solicitou ao Defensor Público-Geral do Distrito Federal, Celestino Chupel, que, no âmbito da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), ocorra a implementação efetiva do direito à licença-prêmio para as Defensoras e Defensores Públicos que a adquiriram na forma do art. 2º e seguintes da LC 952/2019, seja para efeito de gozá-la, seja para efeito de convertê-la em abono pecuniário na razão de um mês por ano.

Auxílio pré-escolar

Ademais, a ADEP-DF requereu ao Defensor Público-Geral do Distrito Federal, Celestino Chupel, que se estabeleça o auxílio pré-escolar a ser pago às Defensoras e Defensores Públicos do Distrito Federal em valor equivalente ao valor pago aos servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), em prestígio ao princípio da isonomia e à eficácia do direito constitucional à educação infantil. Em face dos R$95,00 que são pagos atualmente a título de auxílio-creche, valor manifestamente desproporcional às despesas médias com a educação infantil no DF, é urgente o reajuste do benefício concedido para que ele passe a ser minimamente razoável, uma vez que, atualmente, é 10 vezes inferior ao valor pago aos servidores do TCDF.

Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023

Na apreciação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023, a ADEP/DF se fez presente para garantir, junto ao Deputado Agaciel Maia, Relator-Geral do PL, a aprovação de emendas para a autorização de 8,5 milhões de reais para o reajuste de auxílio-creche e da conversão de licença-prêmio em abono pecuniário, em sintonia com a atuação da Associação junto à Direção Superior da DPDF. Além disso, a atuação da ADEP-DF inseriu emendas no projeto que tratavam de itens remuneratórios como o reajuste de vencimentos, a revisão da Gratificação de Titulação (GTIT) e do Adicional de Qualificação (AQ), diante da necessidade de recomposição da remuneração das Defensoras e Defensores Públicos. Não só isso, obteve-se a autorização para a criação de cargos e nomeação de vários Defensores Públicos.

Auxílio-saúde

A ADEP-DF ofereceu sugestões ao Conselho Superior da DPDF para aprimorar a regulamentação do auxílio-saúde. Dentre as alterações, propôs-se incluir no auxílio os dependentes em plano de saúde e/ou odontológico custeado parcialmente pelos cofres públicos — ou que tenham o ressarcimento parcial, também pelos cofres públicos, para gastos com planos privados. Trata-se de casos que envolvem, notadamente, os dependentes que possuem planos em regime de coparticipação. Dessa forma, a vedação para o recebimento do auxílio-saúde passaria a recair apenas aos beneficiários que possuam programa de assistência à saúde custeado ou ressarcido integralmente pelos cofres públicos.

ADEP DF
ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS

Posse de novos Defensores Públicos do DF

A ADEP/DF esteve presente na posse administrativa dos novos Defensores Públicos, que ocorreu na sede da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), a fim de dar as boas-vindas aos novos Membros da carreira.

A cerimônia foi também acompanhada pela então Defensora Pública-Geral, Maria de Nápolis, além de outras autoridades. Os novos Defensores Públicos tomam posse com o comprometimento de que atuarão obstinadamente em favor dos cidadãos do Distrito Federal em casos jurídicos individuais ou coletivos, oferecendo orientação jurídica e extrajudicial.

PL 2.749/2022 – Advocacia Dativa

A ADEP/DF atuou em todas as etapas de tramitação do PL 2.749/2022, projeto encaminhado pelo Governo do Distrito Federal (GDF), que dispunha sobre a implementação da Advocacia Dativa no Distrito Federal.

Ao longo de toda a apreciação do projeto, a ADEP-DF firmou posição aguerrida em defesa da inconstitucionalidade manifesta da proposta. Não só isso, os trabalhos envolveram a demonstração aos parlamentares de que, além de inconstitucional, a proposta ainda é ineficiente e injustificada, pelo que caminha na contramão do melhor acesso à justiça para a população hipossuficiente do DF.

Audiência Pública - Advocacia Dativa

A ADEP-DF, representada pelo seu Presidente, posicionou-se na audiência pública ocorrida na CLDF acerca do PL 2.749/2022, Na oportunidade, juntamente com a presidenta da ANADEP, a Defensora Pública Rivana Ricarte, a ADEP-DF defendeu a inconstitucionalidade manifesta do projeto de lei, bem como a necessidade de fortalecimento da Defensoria Pública, sobretudo em vista da competência constitucional atribuída ao órgão de defesa da população hipossuficiente.

O Presidente enfatizou, entre outras coisas, que o Projeto de Lei culmina em um sucateamento da Defensoria, em prejuízo de seu papel constitucional, o que acaba por prejudicar a própria estruturação do acesso à justiça – tudo em prol do benefício injustificado da classe dos advogados.

Nota Pública – Advocacia Dativa

A ADEP/DF apresentou, junto da ANADEP, nota pública contra a criação da advocacia dativa no Distrito Federal, manifestando seu repúdio contra o projeto por precarizar o serviço de assistência jurídica integral prestado à população vulnerável do DF e comprometer os recursos públicos, destinando-os ao pagamento de profissionais admitidos sem concurso público.

Buscou-se evidenciar o retrocesso promovido pelo PL para o acesso à justiça, além da importância de se estruturar com efetividade a Defensoria Pública - algo que está diretamente ligado ao fortalecimento orçamentário da instituição.

ADEP DF
ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS

Nota Técnica – Advocacia Dativa

No bojo das ações contra o Projeto de Lei n.º 2.749/2022, que tratava da criação da Advocacia Dativa no DF, a ADEP-DF trabalhou com nota técnica, trazendo dados e argumentos a respeito da matéria.

Destacou-se que o projeto estava calcado em premissas equivocadas, além de conter um teor que se afigura flagrantemente contrário a preceitos firmados na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Distrito Federal. Ainda, ressaltou-se que o PL contraria a determinação do art. 98 do ADCT de ampliação das defensorias públicas e vai na contramão da prática adotada em diversas Defensorias Públicas de todo o país e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

A nota, ao confrontar dados recentes, enfatizou as incoerências práticas na implantação da advocacia dativa e a necessidade de se investir continuamente na Defensoria Pública.

Interlocução com Deputados - Advocacia Dativa

Para além dos esforços citados, a ADEP-DF realizou intenso trabalho de interlocução com os deputados que compõe a Câmara Legislativa do Distrito Federal, buscando a conscientização quanto aos problemas e equívocos que cercavam o projeto e destacando a importância da estruturação da Defensoria Pública como instrumento efetivo para a garantia de acesso à justiça e defesa da população hipossuficiente.

ADEP DF
ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS

Confraternização do Dia Nacional da Defensoria Pública

A Associação das Defensoras Defensores Públicos do Distrito Federal promoveu jantar de Confraternização para os seus associados, associadas e convidados em homenagem ao Dia Nacional da Defensoria Pública.

O momento foi marcado pelo reencontro entre os colegas de trabalho, destacado após dois anos de isolamento social, e serviu como oportunidade de celebrar a importante missão das Defensoras e Defensores Públicos.

Campanha de associação

Visando ao fortalecimento da luta pelos direitos da categoria, a ADEP-DF promoveu campanha para associação, objetivando recrutar eventuais Defensoras e Defensores Públicos do DF que ainda não estejam unidos em torno das discussões pelo fortalecimento da DPDF.

A campanha se deu em volta da premissa e importância de engajarmo-nos sempre pelos direitos das Defensoras e Defensores públicos do Distrito Federal.

ADEP DF
ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS

Mutirão de atendimento jurídico e psicossocial – “Onde há defensoria, há justiça”

A ADEP/DF, junto da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), lançou a campanha nacional "Onde há Defensoria, há Justiça e Cidadania", com o intuito de mostrar, por meio da educação em direitos, que a Defensoria Pública é a referência em acesso à justiça.

O principal intuito do mutirão foi oferecer atendimento jurídico a mulheres que precisam garantir o pagamento de pensão alimentícia para os filhos.

A ação, realizada no pátio da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), contou com a realização de petições iniciais de direito da família e prestação de orientação jurídica para a população. Houve também atendimento do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

Descomplicando o Direito para a população

A ADEP/DF vem buscando promover, em programas de rádio, de forma descomplicada e acessível, a disseminação de conhecimento jurídico para a população do Distrito Federal, ressaltando, ainda, os serviços e atendimentos prestados pela Defensoria Pública do DF. Ao lado, registro da participação do Presidente na Rádio Mais Brasil News.

ADEP DF
ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS

ADEP/DF na Mídia

CB

Correio Braziliense Opinião

DEFENSORES PÚBLICOS

Análise: Onde há Defensoria, há justiça e cidadania

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) e a Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Distrito Federal (Adep-DF) lançam, nesta quinta-feira (5/5), a campanha nacional *Onde há defensoria, há justiça e cidadania*. O mutirão de atendimentos gratuitos começa em Brasília, mas segue para outras capitais durante o mês de maio.

Migalhas

Defensoria Pública, sim, sempre. Prestigiando o interesse público

Rodrigo Duzsinski e *Daniel de Oliveira Costa*

A Associação das Defensoras e Defensores Públicos do DF confia na disposição do Governo do DF e da Câmara Legislativa do DF de aprofundar o debate sobre o tema, rever o projeto de lei apresentado e, com isso, preservar os interesses jurídicos, econômicos e sociais das pessoas e grupos vulneráveis, que seguramente não serão beneficiados com a medida na forma que atualmente encontra-se em debate. Não interessa à sociedade descumprir a EC 80/14. A prestação dos serviços de assistência jurídica gratuita aos necessitados deve ser feita pela Defensoria Pública, como determina a Constituição Cidadã de 1988.

ADEP DF
ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS

ADEP/DF na Mídia

g1 DISTRITO FEDERAL

GDF quer que advogados iniciantes prestem serviço semelhante ao da Defensoria Pública

A proposta do GDF aponta que a nomeação dos advogados vai ocorrer apenas nos casos em que a atuação da Defensoria Pública do Distrito Federal não seja possível. Para **Rodrigo Duzsinski**, presidente da **Associação dos Defensores Públicos do DF** (ADEP-DF) e defensor público, o projeto é inconstitucional (**saiba mais abaixo**).

CB

CORREIO BRAZILIENSE Cidades DF

OAB-DF

Assinado projeto de lei que cria Advocacia Dativa no Distrito Federal

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) e a Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Distrito Federal (ADEP-DF) enxergam na iniciativa do governador uma forma de precarizar o serviço de assistência jurídica integral prestado à população vulnerável do Distrito Federal. Em nota de repúdio, os defensores dizem que o projeto de lei compromete recursos públicos para pagamento de profissionais admitidos sem concurso público.

METRÓPOLES

Projeto coloca em campos opostos defensores e advogados no DF. Entenda

Para Rodrigo Duzsinski, presidente da **Associação das Defensoras e Defensores Públicos do DF (Adep)**, a advocacia dativa é importante no contexto de estados grandes, onde a Defensoria não consegue chegar em todos os locais. No DF, no entanto, isso não se justificaria, segundo ele. "A DPDF atende 94% das unidades jurisdicionais. Não tem lógica no sentido do interesse público um projeto desse. É um sucateamento da instituição", argumenta.

ADEP DF
ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS

REGISTROS ADEP-DF

Presença da Associação e de Defensoras e Defensores Públicos em momentos decisivos da votação do PL da Advocacia Dativa

ADEP DF
ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS

REGISTROS ADEP-DF

Interlocução com deputados para ações de fortalecimento e estruturação da Defensoria Pública

Registro da participação da ADEP-DF na composição da comissão da Medalha de Mérito da DP-DF e da presença na posse do Defensor Público-Geral e dos novos Defensores Públicos

ADEP DF
ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS

Relatório de gestão - 1º trimestre

Abril - Julho de 2022

ADEP DF
ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS